

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – 72ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
1.2 – Reuniões de Comissões

2 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

3 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

4 – ERRATA



ATAS

ATA DA 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/9/2017

Presidência do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei n.ºs 4.586 a 4.592/2017; Requerimentos n.ºs 8.506 a 8.519/2017 – Questão de Ordem – Encerramento – Ordem do dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Lafayette de Andrada – Dalmo Ribeiro Silva – Inácio Franco – Rogério Correia – Alencar da Silveira Jr. – Arlen Santiago – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antonio Carlos Arantes – Antonio Lerin – Arlete Magalhães – Bosco – Carlos Henrique – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Léo Portela – Leonídio Bouças – Marília Campos – Nozinho – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tiago Ulisses.

Abertura

O presidente (deputado Dalmo Ribeiro Silva) – Às 14h2min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Roberto Andrade, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Fase (Grande Expediente)**Apresentação de Proposições**

O presidente – Não havendo correspondência a ser lida, a presidência passa a receber proposições.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 4.586/2017

Dá a denominação de "Viaduto Padre Nilo" à via da MG 050 que liga os bairros Irmãos Auler e Jadir Marinho, no município de Itaúna.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominado como "Viaduto Padre Nilo" a via da MG 050, que liga os bairros Irmãos Auler e Jadir Marinho, no município de Itaúna.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de setembro de 2017.

Deputado Dirceu Ribeiro – PHS

Vice-Líder do Governo

Justificação: Natural de Caeté-MG, Padre Nilo foi um itaunense de coração, sendo conhecido como o “Homem dos Sete Sacramentos”. Após o falecimento da esposa, resolveu seguir a vida como um homem da Igreja Católica. Sua história sempre esteve atrelada àquele município, pois desde 1958 atuou como professor de Educação Física nas escolas da cidade, sendo inclusive Diretor na Escola Normal, hoje nominada Escola Estadual de Itaúna. Foi também docente na Universidade de Itaúna, sendo destacada, portanto, sua atuação no setor educacional.

Depois que recebeu o Chamado da Igreja, foi estudar Teologia na PUC-BH, recebeu a ordenação no dia 04/02/1990, sendo o responsável por diversas paróquias na cidade, tendo como linha de ação a devoção a Jesus Cristo e o atendimento e aconselhamento dos fiéis por onde passava.

Padre Nilo foi cidadão destacado, daqueles que vieram para fazer diferença na vida de muitas pessoas e de uma cidade inteira e é merecedor desta singela homenagem que buscamos fazer a este grande homem.

Por estas grandes prerrogativas, a população local pede eternização ao nome do Padre Nilo, o que faz jus esta proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Transporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.587/2017

Dá a denominação de "Viaduto Monsenhor Hilton" à via da MG 050, que está sobre o Rio São João, no município de Itaúna.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominado como "Viaduto Monsenhor Hilton" o viaduto que está sobre o Rio São João, no município de Itaúna.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de setembro de 2017.

Deputado Dirceu Ribeiro – PHS

Vice-Líder do Governo

Justificação: Nascido em 31/12/1912, Monsenhor Hilton foi um menino brilhante, estudioso, inteligente, com destacado desempenho escolar. Em seus momentos de folga, trabalhava como Ajudante em Armazéns de familiares. Para a felicidade da família sentiu vocação para ser Padre, e em 1925 foi para Belo Horizonte estudar no Seminário do Coração Eucarístico de Jesus.

Durante o período em BH, resolveu se ausentar do seminário e trabalhar como Professor, indo lecionar em Sete Lagoas. Neste período escreveu um livro intitulado “A Voz do Coração” que, à época, teve importante repercussão. Quando voltou a Itaúna lecionou na Escola Normal, atual Escola Estadual de Itaúna, taralhando com as disciplinas de Português e Matemática, onde era querido e visto como excelente profissional.

Em 1936, o jovem Hilton sentiu novamente o chamado de Deus e resolveu dedicar-se plenamente à igreja, sendo ordenado Padre em 1944 na sua amada cidade. Demonstrou amor, dinamismo e disponibilidade em seu serviço religioso, sendo muito querido e apreciado pelos fiéis.

Monsenhor Hilton teve grande participação política no município, principalmente na região do bairro Santanense, pois além de reivindicar melhorias locais, atuou de maneira incisiva, sendo um dos líderes, do movimento que tentou a independência administrativa daquela região, sendo até hoje muito lembrado e admirado por moradores daquela localidade.

Monsenhor Hilton, um cidadão destacado, daqueles que vieram para fazer diferença na vida de muitas pessoas ou no caso, de uma cidade inteira, foi importante para Itaúna, para os itaunenses e é merecedor desta singela homenagem que buscamos fazer a este grande homem.

É o clamor da eternização do nome deste eclesiástico pela população daquele município que faz jus a esta proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Transporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.588/2017

Dá a denominação de "Viaduto Dr. Guaracy de Castro Nogueira" à via MG 050, sobre a rua Silva Jardim, no município de Itaúna.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominado como "Viaduto Dr. Guaracy de Castro Nogueira" a via MG 050, no município de Itaúna, sobre a Rua Silva Jardim.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de setembro de 2017.

Deputado Dirceu Ribeiro – PHS

Vice-Líder do Governo

Justificação: O Dr. Guaracy é o primeiro filho do casal Guaracy Nogueira e Maria de Castro Nogueira, nascido em 02 de dezembro de 1927, na cidade de Itaúna. Advogado, professor, empresário e político, casado com a Sra. Yvette Gonçalves Nogueira, teve seis filhos e nove netos. Faleceu em sua querida terra no dia 17 de Setembro de 2011. A atuação deste ilustre cidadão, com muita dignidade e afinco se dá no ramo empresarial, na Companhia Industrial Itaunense, empresa têxtil e siderúrgica, onde exerceu por 38 anos cargos executivos, chegando à Superintendência, foi membro de diversos órgãos de representação empresarial, como o Instituto Brasileiro de Siderurgia.

Também na área do Direito, foi Presidente da 34ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil por 34 anos. Na Educação, foi professor desde 1953, lecionando em estabelecimento de 2º grau, foi diretor da Escola Estadual de Itaúna. Cofundador da

Universidade de Itaúna, sendo seu Reitor por 18 anos, ministrou aulas no Curso de Direito, Engenharia e Economia. Criador e Presidente da Fundação Educacional Maria de Castro Nogueira. Fundou, ainda, três jornais na antiga Itaunense, Voz Operária, Avante e o Itaunense, além de ter sido Presidente da Rádio Clube de Itaúna por 20 anos, atuando como colaborador em vários jornais da cidade e região, seja com crônicas, artigos e etc.

Na Política, fez parte dos quadros dos partidos PSD e ARENA, foi Vereador mais votado na eleição de 1966, eleito Presidente da Câmara Municipal de Itaúna entre 1967-1970, foi Vice-Prefeito e Secretário de Educação da cidade.

Amante da história, estudou a fundo a história de Itaúna e do Centro Oeste Mineiro, pesquisando sobre troncos genealógicos que deram origem as famílias da região. Foi idealizador do projeto que deu origem ao livro “Centro Oeste História e Cultura”.

Participou de diversas instituições itaunenses, tendo destaque seu papel como Provedor da Casa de Caridade Manoel Gonçalves, Membro do Conselho de Administração do Orfanato São Vicente de Paula e da Granja Escola São José, foi sócio e Presidente do Rotary local.

Dr. Guaracy é um cidadão diferenciado, que veio para fazer diferença na vida de muitas pessoas, ou no caso, de uma cidade inteira. Foi importante para Itaúna, para Minas Gerais e para o Brasil. Foi um homem simples e merecedor desta homenagem que buscamos fazer a este importante, honrado, benemérito e ilustre Itaunense.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Transporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.589/2017

Dá a denominação de "Viaduto Dr. Expedito Campos" à via MG 050, que passa sobre a MG 431, no município de Itaúna.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominado "Viaduto Dr. Expedito Campos" a via MG 050, que passa sobre a MG 431, no município de Itaúna.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de setembro de 2017.

Deputado Dirceu Ribeiro – PHS

Vice-Líder do Governo

Justificação: Expedito da Silva Campos, natural de Bonfim, é filho de Aurélio Campos e Rita Augusta de Oliveira. Sua família veio pra Itaúna, indo residir no bairro Santaneste, onde o pai foi comerciante e acionista da fábrica de Tecidos Santaneste. Em 1946, com 13 anos, Expedito decide se matricular no Seminário do Caraça, onde estudou até 1951, obtendo o título do Curso de Humanidades.

Em 1952, muda-se para Nitéroí, Rio de Janeiro, para estudar Filosofia no Seminário São Vicente de Paula. Já em 1955, voltou a Minas Gerais, indo morar na Cidade de Santos Dumont, onde serve ao Exército Brasileiro, chegando a patente de 2º Tenente. No ano de 1956, casa-se com Thereza Juliano Boza Campos, com quem quatro filhos, Tereza Amélia Campos, Myriam Christina de Campos Ramos, Aurélio Augusto da Silva Campos e Saulo José Américo da Silva Campos. Neste período desenvolveu sua vocação de professor e político, trabalhando em escolas da região e ocupando o cargo de Diretor da Escola Estadual Presidente João Pinheiro até 1968, paralelo a isso foi assessor do então Deputado Wilson Modesto (PTB) e Diretor do antigo Armazém social do Governo do Estado de Minas Gerais, SAPS. Gradou-se em Direito na Universidade Federal de Juiz de Fora em 1969.

Em razão do reconhecimento obtido como profissional, ocupou na Universidade vários cargos administrativos, durante muitos anos, sendo os principais deles o de Membro do Conselho Universitário e Diretor Executivo, hoje cargo correspondente ao de Pró-reitor.

Além do reconhecido trabalho profissional, Professor Expedito ou Dr. Expedito, como era conhecido, realizou um grande trabalho religioso e social em Itaúna, pois atuou com destaque no Rotary Club local, foi Assessor Jurídico na Apae Itaunense por mais de 15 anos, Ministro da Palavra na Paróquia do Sagrado Coração de Jesus, sendo responsável pelos sermões da Semana Santa ao lado de outro eminente itaunense, Monsenhor Hilton. Além de membro de diversas pastorais, trabalhou como Advogado por vários anos, atendendo solidariamente aqueles que mais precisavam.

Dr. Expedito Campos, teve grande participação político-social no município, principalmente na região do bairro Santanense, pois reivindicou inúmeras melhorias locais, é muito lembrado e admirado por moradores daquela localidade. Um cidadão destacado, daqueles que vieram para fazer diferença na vida de muitas pessoas, foi importante para Itaúna, para muitos itaunenses e é merecedor desta singela homenagem que buscamos fazer a esse grande homem.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Transporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.590/2017

Declara de utilidade pública o Instituto Casa do Oleiro, com sede no Município de Ipatinga.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Instituto Casa do Oleiro, com sede no Município de Ipatinga.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 29 de agosto de 2017.

Deputada Rosângela Reis – PROS

Vice-Líder do Bloco Minas Melhor

Coordenadora Regional da CIPE Rio Doce

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.591/2017

Institui o Dia Estadual do Fonoaudiólogo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituído o Dia Estadual do Fonoaudiólogo, a ser comemorado anualmente no dia nove de dezembro.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de setembro de 2017.

Deputada Rosângela Reis – PROS

Vice-Líder do Bloco Minas Melhor

Coordenadora Regional da CIPE Rio Doce

Justificação: O fonoaudiólogo é o profissional que estuda as funções neurovegetativas e a comunicação humana. Atua na prevenção e no tratamento de problemas e distúrbios deste tipo de função neurológica e possui conhecimento para aperfeiçoar o funcionamento das funções auditivas, da função cognitiva, e também na linguagem oral, utilizando técnicas para que os indivíduos consigam ter mais fluência ou melhorar a sua fala. A origem do Dia do Fonoaudiólogo está ligada ao reconhecimento da profissão de fonoaudiólogo, no Brasil ocorrida em 9 de Dezembro de 1981, através do decreto de lei nº 6.965, que também criou o conselho federal e os conselhos regionais de fonoaudiologia. A fonoaudiologia é uma área da medicina que cuida da comunicação humana, e trata pessoas de todas as idades, que tenham algum distúrbio na fala e na comunicação, também podendo atuar auxiliando aquelas pessoas que tem a voz como meio de vida, como professores, cantores, locutores, entre outros. O objetivo principal do fonoaudiólogo é que as pessoas possam se comunicar de forma mais clara. O fonoaudiólogo tem um amplo campo de atuação, realizando atividades de prevenção, diagnóstico e tratamentos, que podem ser desenvolvidas não somente em consultórios, mas também em escolas, empresas, teatros e em outras instituições que necessitam de profissional qualificado quando se refere a comunicação. Atualmente, mais de trinta e nove mil pessoas exercem a profissão de fonoaudiólogo. Pela importância do exercício dessa profissão conto com o apoio de todos os deputados para a aprovação dessa proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Saúde para parecer, nos termos do art. 190, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.592/2017

Declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Apoio às Associações de Moradores de Uberaba, com sede no Município de Uberaba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Conselho Comunitário de Apoio às Associações de Moradores de Uberaba, com sede no Município de Uberaba.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de setembro de 2017.

Deputado Antonio Lerin – PSB

Justificação: O Conselho Comunitário de Apoio às Associações de Moradores de Uberaba, tem como principio fomentar projetos e ações visando o fortalecimento, melhoria, qualificação e progresso de todas as Associações Comunitárias de Moradores e seus Integrantes. Além disso a entidade atende todos os requisitos da Lei 12.972 de 1998 e todos seus atos constitutivos estão devidamente registrados em cartório. Desta forma, esperamos o parecer favorável dos nobres pares à aprovação deste projeto.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 8.506/2017, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Contagem pedido de providências para que sejam concedidos reajustes salariais aos seus servidores e, em observância ao princípio da isonomia, aos aposentados e aos pensionistas vinculados ao Fundo de Previdência dos Servidores do Município de Contagem – Previcon.

Nº 8.507/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Junior Roque Marcellino pelos relevantes serviços prestados à Polícia Civil de Minas Gerais. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.508/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Sebastião Luiz Badaró pelos relevantes serviços prestados à Polícia Civil de Minas Gerais. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.509/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Victor Rocha Santos pelos relevantes serviços prestados à Polícia Civil de Minas Gerais. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.510/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. José Álvaro Leite pelos relevantes serviços prestados à Polícia Civil de Minas Gerais. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.511/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. David Marcos de Oliveira Friaça pelos relevantes serviços prestados à Polícia Civil de Minas Gerais. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.512/2017, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Saúde e de Segurança Pública pedido de providências com vistas a disponibilizar um helicóptero do Suporte Aéreo Avançado de Vida para as regiões dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri.

Nº 8.513/2017, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao promotor de justiça da Defesa de Saúde pedido de informações substanciadas em cópia dos laudos da Vigilância Sanitária de todas as unidades hospitalares da Fhemig no Estado. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 8.514/2017, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Fazenda pedido de providências com vistas à liberação de recursos financeiros para que sejam feitas as adequações solicitadas pela Vigilância Sanitária para o funcionamento da Unidade Ortopédica Galba Veloso.

Nº 8.515/2017, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à coordenadora de Resoluções Estaduais da Diretoria de Convênios e Resoluções Estaduais da Secretaria de Estado de Saúde pedido de informações sobre os motivos da não transferência, ao Fundo Municipal de Saúde de Bom Despacho, dos recursos alusivos ao ressarcimento da produção de terapia renal substitutiva – TRS – referente aos exercícios de 2015 a 2017. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 8.516/2017, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências com vistas à substituição dos micro-ônibus que transportam os pacientes de seus municípios de origem a outros municípios referenciados.

Nº 8.517/2017, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o desempenho da Estratégia de Regionalização da Assistência Farmacêutica, para acompanhar a execução da obrigação do Estado no repasse financeiro aos municípios. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 8.518/2017, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que sejam destinados ao Município de Crucilândia os recursos vinculados a ações e serviços públicos de saúde, em obediência ao § 2º do art. 198 da Constituição da República.

Nº 8.519/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja formulado voto de congratulações com a revista *Elas por Elas* pelo lançamento de sua 10ª edição. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Questão de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, peço o encerramento de plano da reunião, uma vez que não há quórum para a continuação dos trabalhos.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 12, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 12/9/2017.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/8/2017

Às 15h5min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fred Costa e Elismar Prado, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Ivair Nogueira e Geraldo Pimenta. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fred Costa, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a cobrança feita pela construtora Andrade Gutierrez ao Município de Betim. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Vittorio Medioli, prefeito de Betim; Edson Leonardo Monteiro, presidente da Câmara Municipal de Betim; Tiago Santana, vereador de Betim; Bruno Ferreira Cypriano, procurador-geral e secretário de Governo da Prefeitura Municipal de Betim; Tarcísio Eustáquio Braga, ex-prefeito de Betim; e Rômulo Veneroso, ex-deputado estadual. A presidência concede a palavra ao deputado Geraldo Pimenta, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de setembro de 2017.

Paulo Guedes, presidente – João Leite – Fred Costa.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/8/2017

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Doutor Jean Freire, Neilando Pimenta e Geraldo Pimenta, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Jean Freire, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. O deputado Doutor Jean Freire passa a presidência para o deputado Neilando Pimenta, para apreciação de requerimento de sua autoria. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 9.556/2017, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública da Comissão de Participação Popular para debater o papel do governo na crise hídrica e a falta de estruturação dos comitês de bacias hidrográficas no Estado, a pedido do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de setembro de 2017.

Doutor Jean Freire, presidente – Geraldo Pimenta – Duarte Bechir.

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/8/2017

Às 16h7min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Duarte Bechir, Leandro Genaro e Nozinho, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de *e-mails* da Sra. Juliane de Fátima Sena Reis do Amaral, diretora do Instituto São Rafael, convidando para a festa em comemoração aos 91 anos dessa instituição, a ser realizada no dia 2 de setembro, às 9 horas. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 4.156/2017, em turno único, do qual avocou a relatoria, assim como avocou a relatoria da visita realizada em Belo Horizonte, em 22/8/2017, à Assistência ao Menor Especializada – AME. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o seguinte parecer: pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.116/2015, na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno (relator: deputado Leandro Genaro, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 8.177 e 8.261/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.551/2017, do deputado Elismar Prado, em que requer seja realizada visita da Comissão da Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência à Secretaria de Estado de Educação para discutir a decisão de manter o impedimento para novas matrículas na Escola Estadual de Educação Especial Risoleta Neves, em Ituiutaba;

nº 9.620/2017, dos deputados Duarte Bechir, Leandro Genaro e Nozinho, em que requerem seja realizada audiência pública para debater as ações necessárias com vistas a evitar o fechamento da Assistência ao Menor e Especializada – AME.

A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno destina esta fase da reunião para ouvir os cidadãos presentes. Foram ouvidas na reunião as Sras. Terezinha Oliveira Rocha e Fabiana Fabis e o Sr. Neirival Pires da Silva.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de setembro de 2017.

Duarte Bechir, presidente – Arnaldo Silva – Nozinho.

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/8/2017

Às 9h11min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Doutor Wilson Batista, Doutor Jean Freire e Geraldo Pimenta, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Antônio Jorge. Havendo número regimental, o presidente, deputado Wilson Batista, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes Requerimentos nºs 9.404, 9.416, 9.417, 9.424, 9.452 e 9.526 a 9.529/2017. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o requerimento:

nº 9.627/2017, dos deputados Antônio Jorge e Doutor Wilson Batista, em que requerem seja realizado ciclo de debates sobre as políticas públicas em oncologia no Estado.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 9.625/2017, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação das obras de unidades de saúde inacabadas em todo o Estado;

nº 9.626/2017, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater o funcionamento das unidades de pronto atendimento – UPAs – no Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de setembro de 2017.

Carlos Pimenta, presidente – Doutor Jean Freire – Antonio Carlos Arantes.

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/8/2017

Às 10h40min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Hely Tarquínio, Durval Ângelo, Roberto Andrade, Sargento Rodrigues, Cabo Júlio (substituindo o deputado Isauro Calais, por indicação da liderança do BMM) e João Leite (substituindo o deputado Bonifácio Mourão, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Hely Tarquínio, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 4.495, 4.505 e 4.512/2017, em turno único (deputado Bonifácio Mourão), 4.488 e 4.513/2017, no 1º turno, e 4.503/2017, em turno único (deputado Durval Ângelo), 4.509, no 1º turno, e 4.506 e 4.511/2017, em turno único (deputado Hely Tarquínio), 4.490, 4.502 e 4.515/2017, em turno único (deputado Isauro Calais), e 4.486, 4.487, 4.492 e 4.497/2017, no 1º turno; 4.501 e 4.514/2017, em turno único (deputado Leonídio Bouças), e 4.491/2017, no 1º turno, 4.498, 4.500 e 4.504/2017, em turno único (deputado Luiz Humberto Carneiro), e 3.578/2016, 4.489 e 4.508/2017, no 1º turno, e 4.493, 4.494, 4.499 e 4.510/2017, em turno único (deputado Roberto Andrade). A presidência comunica que será solicitada a reiteração do requerimento de pedido de informações referente ao Projeto de Lei nº 1.237/2015. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 3.688 e 3.867/2016 e 4.247/2017 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Cabo Júlio, aprovado pela comissão. Ato contínuo, é aprovado pela comissão requerimento do deputado Durval Ângelo, solicitando a inversão da pauta, de modo que os Projetos de Lei nºs 4.031, 4.334 e 4.337/2017 sejam apreciados em 1º, 2º e 3º lugares, respectivamente. São convertidos em diligência, a requerimento dos respectivos relatores, mencionados entre parênteses, os Projetos de Lei nºs 4.031/2017, à Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de Itamarandiba, e 4.334 e 4.337/2017, ambos à Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de Vazante (deputado Durval Ângelo); e 4.044/2017, à Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de Alpinópolis (deputado Roberto Andrade, em virtude de redistribuição). Após discussão e votação, é aprovado parecer que conclui pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade e do Projeto de Lei Complementar nº 67/2017, no 1º turno (relator: deputado Hely Tarquínio). Ausentam-se da reunião os deputados Durval Ângelo e João Leite. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 3.327/2016, em turno único (relator: deputado Hely Tarquínio, em virtude de redistribuição); e, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 11/2015 (relator: deputado Sargento Rodrigues, em virtude de redistribuição), 4.100/2017 (relator: deputado Roberto Andrade, em virtude de redistribuição), e 4.161/2017 (relator: deputado Hely Tarquínio), todos na forma do Substitutivo nº 1. Após discussão e votação, são aprovados no 1º turno, cada um por sua vez, pareceres que concluem

pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 4.191/2017 (relator: deputado Roberto Andrade) e 4.267/2017 (relator: deputado Sargento Rodrigues, em virtude de redistribuição). Ausentam-se da reunião os deputados Cabo Júlio e Sargento Rodrigues. Verificando-se a inexistência de quórum, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de setembro de 2017.

Leonídio Bouças, presidente – Sargento Rodrigues – Durval Ângelo – Isauro Calais – João Leite.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/8/2017

Às 15h59min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados João Leite (substituindo a deputada Ione Pinheiro, por indicação da liderança do BVC) e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado João Vítor Xavier, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Celise Laviola, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, a presidência comunica que torna sem efeito a reunião realizada dia 29/8/2017, às 14h30, por ausência de pressupostos regimentais, bem como todos os atos nela praticados. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 3.604/2016, em turno único (Ione Pinheiro), e 4.312/2017, no 1º turno (João Vítor Xavier). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 774/2015, em 1º turno, é retirado da pauta por deliberação da comissão, a requerimento do deputado João Leite. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 3.452/2016 (relator: deputado João Vítor Xavier) é retirado de pauta por determinação da presidente por não cumprir pressupostos regimentais. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 3.111/2015 (relator: deputado Dirceu Ribeiro), na forma do Substitutivo nº 1, votado em separado; 3.457 (relator: deputado Thiago Cota), 3.461 (relator: deputado Dirceu Ribeiro), com a Emenda nº 1, votada em separado, 3.599 (relator: deputado Thiago Cota), 3.889 (relator: deputado João Vítor Xavier), 3.952/2016 (relator: deputado Thiago Cota), 4.004 (relatora: deputada Celise Laviola), 4.287 (relator: deputado Thiago Cota), 4.288 (relator: deputado Thiago Cota), 4.289 e 4.290 (relatora: deputada Celise Laviola), 4.291 (relator: deputado Dirceu Ribeiro), 4.292 e 4.293 (relatora: deputada Celise Laviola), 4.294/2017 (relator: deputado Dirceu Ribeiro) e 4.295/2017 (relator: deputado Thiago Cota), registrando-se, nesta votação, a presença do deputado Durval Ângelo (substituindo o deputado Thiago Cota por indicação da liderança do BMM), que receberam parecer por sua aprovação. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 9.561/2017, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada audiência pública para debater as contribuições do educador e filósofo brasileiro Paulo Freire para a área da educação, bem como a importância mundial de seu pensamento e obra;

nº 9.565/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação dos institutos federais e das universidades federais de Minas Gerais.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de setembro de 2017.

Celise Laviola, presidente – Thiago Cota – Roberto Andrade.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 31/8/2017

Às 15h15min, comparece na Sala das Comissões o deputado Sargento Rodrigues, membro da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Antonio Carlos Arantes. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a, em audiência pública, debater os impactos decorrentes da concessão, pela Prefeitura de Nova Lima, de alvará de construção em terrenos localizados no Bairro Vale do Sereno, nos quais já existem edifícios e onde será necessária a realização de cortes, o que colocará em risco a segurança e a vida de moradores. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Gisele Aparecida de Oliveira, diretora do Departamento de Expansão Urbana da Prefeitura de Nova Lima; e Deborah Ribeiro Almeida Rodrigues, diretora jurídica da Associação de Proteção ao Vale do Sereno – Aprovs; e os Srs. André Luiz Rocha, secretário municipal de Planejamento da Prefeitura de Nova Lima, representando Vítor Penido de Barros, prefeito; Sérgio Americano Mendes, presidente da Associação dos Amigos do Vila da Serra, Vale do Sereno e Adjacências – Amavise; Lucas da Costa Matoso Galuppo, diretor da Amavise; Rivadávio Moutinho Costa, membro da Amavise; Leonardo Pinho Gomes, presidente da Associação de Proteção ao Vale do Sereno – Aprovs; Bruno Santos Pimentel, vice-presidente da Associação de Proteção ao Vale do Sereno – Aprovs; Felipe da Mata, diretor da Amavise; e Idelbrando Sabato, diretor da Amavise. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de setembro de 2017.

Sargento Rodrigues, presidente – Cabo Júlio – João Magalhães – Paulo Guedes.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.473/2016

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Relatório

De autoria do deputado Doutor Jean Freire, o projeto de lei em epígrafe visa dar denominação a escola estadual de ensino fundamental, situada no Município de Catuji.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou preliminarmente a matéria e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “b”, do Regimento Interno.

Em 6/6/2017, o Projeto de Lei nº 4.301/2017, de autoria do governador do Estado, foi anexado a esta proposição, nos termos do art. 173, § 2º, do mencionado regimento.

Fundamentação

O projeto de lei em questão pretende dar a denominação de Georgina Ferreira Batista à escola estadual situada Rua da Saudade, s/n, Prédio I, Centro, no Município de Catuji.

A denominação proposta resulta de pedido formulado pela comunidade escolar, que ratificou a indicação do nome da homenageada para denominar a referida instituição.

Com relação ao mérito da matéria, Georgina Ferreira Batista foi professora da rede pública por 30 anos e pioneira na alfabetização de adultos. Além disso, como costureira, dedicou-se ao ensino do ofício para a comunidade local.

Por fim, o governador do Estado enviou a esta Casa a Mensagem nº 256/2017, por meio da qual encaminhou o Projeto de Lei nº 4.301/2017, anexado a esta proposição, que dá denominação idêntica à escola em questão.

Pelas razões apontadas, julgamos justa e meritória a atribuição do nome da homenageada para designar a unidade escolar objeto da proposição em análise.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.473/2016, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 8 de setembro de 2017.

Ione Pinheiro, relatora.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 4/9/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 11/9/2017, Larissa Diniz Peixoto Goes, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Marília Campos;

nomeando Kathleen Neiva Bispo, padrão VL-10, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Marília Campos;

nomeando Paulo Roberto Barcala Peixoto, padrão VL-22, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Marília Campos.



ERRATA

ATA DA 71ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/9/2017

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 7/9/2017, na pág. 18, sob o título “Requerimentos”, após o resumo do Requerimento nº 8.315/2017, acrescente-se o seguinte despacho:

“(– À Comissão de Meio Ambiente.)”.